

ACESSIBILIDADE NA PERSPECTIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Joselito Santos (1); Alex Borba Lira Dantas (2); Rodolfo Rodrigues de Pontes (3).

¹ Prof. Dr. da UNIFACISA Centro Universitário, jslito2012@gmail.com.

² Graduando em Engenharia Civil da UNIFACISA Centro Universitário, alex.bld@hotmail.com.

³ Prof. Me. da UNIFACISA Centro Universitário, UNIFACISA Centro Universitário, rodolfo.pontes@hotmail.com.

Resumo: De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (2013), cerca de 6,8% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, tendo a visual (3,6%) como a mais representativa no povo brasileiro. Esse panorama indica tratar-se de um contingente populacional importante, cujas dificuldades, como as de acessibilidade precisam ser melhor compreendidas por toda a sociedade, principalmente pelos futuros projetistas (profissionais da Arquitetura e da Engenharia Civil), para tomadas de decisão de projeto mais eficientes. A partir dessas observações, parte-se uma questão central: como pessoas com deficiência visual percebem a acessibilidade urbana em Campina Grande - PB? Para respondê-la, parte-se do pressuposto de que essa percepção é marcada pelas dificuldades de acessibilidade nos diversos espaços da cidade, interferindo na sua locomoção e mobilidade, e no seu direito de ir e vir. A aquisição de informações sobre esse tema é de extrema relevância devido à importância desse contingente social para a sociedade em geral, além da relevância de elaboração e execução de projetos para a melhoria de locomoção das mesmas. Os problemas de acessibilidade estão em toda a parte, contrariando tratados, leis, políticas, decretos e normas, pois as ruas e vias das cidades se transformaram em corredores para veículos e produtos, em espaço para exposição, oferta e venda de serviços. O planejamento para circulação de pessoas com deficiência é secundarizado ou mesmo ignorado, sendo necessário a conscientização de toda a sociedade sobre a acessibilidade, principalmente dos arquitetos e engenheiros civis.

Palavras-chave: Acessibilidade. Deficiência visual. Pessoas com deficiência.

Introdução

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (2013), cerca de 6,2% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, tendo a visual (3,6%) como a mais representativa no povo brasileiro. O Nordeste é a segunda região que apresenta maior porcentagem de população com deficiência (7,1%), ficando atrás apenas da região Sul (9,2%). (BRASIL, 2015)

Esse panorama indica tratar-se de um contingente populacional importante, cujas dificuldades, como as de acessibilidade precisam ser melhor compreendidas por toda a sociedade, principalmente pelos futuros projetistas (estudantes e profissionais da Arquitetura e da Engenharia Civil), para tomadas de decisão de projeto mais eficientes.

A partir dessas observações, parte-se uma questão central: como pessoas com deficiência visual percebem a acessibilidade urbana em Campina Grande - PB? Para respondê-la, parte-se do pressuposto de que essa

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

percepção é marcada pelas dificuldades de acessibilidade nos diversos espaços da cidade, interferindo na sua locomoção e mobilidade, e no seu direito de ir e vir.

Diante desse contexto, faz-se necessário a ampliação dos conhecimentos referentes à acessibilidade. A aquisição de informações sobre esse tema é de extrema relevância devido à importância desse contingente social para a sociedade em geral, além da relevância de elaboração e execução de projetos sem a preocupação desse tema, o que interfere na locomoção das pessoas com deficiência.

O presente estudo organiza-se em quatro etapas. A primeira etapa inicia-se com o percurso metodológico e, em seguida, serão apontados os fundamentos teóricos. Posteriormente, apresenta-se um estudo de caso e, por fim, serão expostas as considerações finais.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de campo do tipo quantitativo-descritivo, que é definida como “(...) investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave.” (LAKATOS, MARCONI; 2003, p.186), com o intuito de coletar dados sobre a população em estudo utilizando a técnica da entrevista.

Também caracteriza-se como um estudo exploratório, o qual objetiva-se formular questões ou problemas, e que apresenta três finalidades: “(...) desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.” (LAKATOS, MARCONI; 2003, p.187)

Inicialmente, fez-se um estudo bibliográfico com o intuito da aquisição de saberes sobre o tema em estudo. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias) trata-se de “(...) toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo (...)” como revistas, livros e dissertações.

Em seguida, realizou-se a entrevista de 44 pessoas com deficiência visual, atendidos pelo Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste (IEACN), localizado em Campina Grande – PB. Fez-se um levantamento sociodemográfico com o objetivo de traçar um panorama das características dessas pessoas. O estudo faz parte de um projeto de pesquisa, que foi aprovado pelo Comitê de Ética em

Pesquisa da Unifacisa Centro Universitário, atendendo o disposto na Resolução CNS 466/12, que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012).

Fundamentos Teóricos

A Convenção Interamericana ou Convenção de Guatemala resultou em texto aprovado pelos países signatários, entre eles, o Brasil, no qual assumem o compromisso de proteger e garantir os direitos das pessoas com deficiência.

O Decreto nº 3956 (BRASIL, 2001) promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência. No artigo III dessa Convenção, ficou acordado que seriam tomadas medidas legislativas, sociais, educacionais e trabalhistas necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade (CONVENÇÃO..., 1999).

A Convenção regulamenta a tomada de medidas para que os edifícios, os veículos e as instalações a serem construídos ou fabricados facilitem o transporte, a comunicação e o acesso das pessoas com deficiência. Ainda prever que se eliminem, dentro dos diversos contextos e especificidades territoriais, os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicações com vistas a facilitar o acesso e uso pelas pessoas com deficiência. (CONVENÇÃO..., 1999)

A Lei Federal nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000) aborda a questão central de acessibilidade, e tem o objetivo de promover o acesso de pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida a locais públicos. Estão contempladas nessa lei as pessoas com deficiências físicas, auditivas e visuais, para as quais se busca eliminar barreiras com a finalidade de assegurar que elas possam acessar aos bens culturais e sociais, e se locomover seguramente.

Em se tratando de deficientes visuais, no artigo 9º dessa Lei, é tratada a necessidade de implantação de dispositivos sonoros em semáforos, com vistas a orientar a travessia de ruas e avenidas cujo trânsito é intenso. (BRASIL, 2000)

A legislação brasileira sobre acessibilidade passou por uma evolução, existindo normas, decretos e regulamentos. A própria constituição brasileira de 1988, trata deste assunto, assegurando o direito de igualdade a todos os cidadãos sem nenhuma forma de restrição. (COSTA, MEIRA, 2009)

A principal norma brasileira sobre a acessibilidade é a NBR 9050/2015, intitulada *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, que estabelece “critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade” (ABNT, 2015, p.1).

De acordo com a ABNT (2015, p. 1) “todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos” só serão considerados acessíveis se atenderem ao disposto na NBR 9050/2015.

Como bem observa Miotti (2012), a falta de acessibilidade em calçadas e passeios públicos fora percebida como simples barreira ou obstáculo para o livre movimento e deslocamento. Era um tipo de falta que dizia respeito às pessoas com deficiência ou em estado temporário de limitações físicas, idosos e gestantes. Tornou-se objeto de estudos em diferentes áreas como a engenharia civil, a arquitetura e a gestão espacial urbana e da legislação, e que solicita ideias e soluções interventivas no espaço público para dar acesso a todos (MIOTTI, 2012).

Na engenharia civil e na arquitetura, discute-se a adaptação de ambientes já construídos visando a torná-los acessíveis a todos, levando em conta a estrutura física construída e os investimentos financeiros que demandam. Essa mudança perceptiva de acessibilidade por esses campos do conhecimento proporciona a inclusão de disciplinas voltadas ao projeto arquitetônico e ao desenho urbano com conteúdos relativos à acessibilidade, integrando as disciplinas dos cursos de graduação dos profissionais responsáveis pela construção do espaço habitado (CORRÊA et al., 2004).

RESULTADOS

Através da entrevista de 44 pessoas com deficiência visual (atendidos pelo Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste, em Campina Grande – PB), foram obtidos dados formando um levantamento sociodemográfico apresentando um panorama das características dessas pessoas. A maioria dos participantes é do sexo masculino (59,1%). Quanto às faixas etárias, existe uma variação de pessoas de 19 a 79 anos de idade, equivalendo-se as faixas etárias de 19 a 29 anos (25%), de 30 a 39 (25%) e 40 a 49 (27%), como mostra a Figura 1.

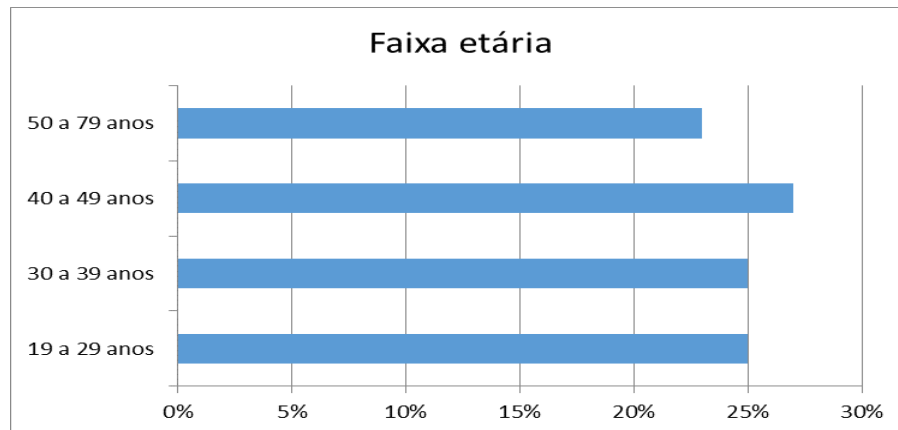


Figura 1 – Faixa etária dos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Em relação à renda familiar, 75% dos entrevistados recebem um salário mínimo e apenas 2,3% ganham mais que 2 salários. Dentre as atividades profissionais exercidas, existem professores, pedagogos, vendedores, atletas, músicos e instrutor de informática. O percentual daqueles sem renda foi 6,8%. Constatou-se que 34,1% dos entrevistados apresentam o ensino médio completo, enquanto que alfabetizados e sem escolaridade apresentam o mesmo percentual (2,3%). Aqueles com ensino superior representaram 15,9%. Quanto ao estado civil, 61,4% são solteiros, 29,5% casados, 2,3% viúvos e 6,8% outro.

A maioria dos participantes utiliza como meio de locomoção o guia humano (34,1%) e a bengala (31,8%), se for considerado a bengala com outro meio, constata-se que a mesma é o meio mais utilizado (Figura 2).

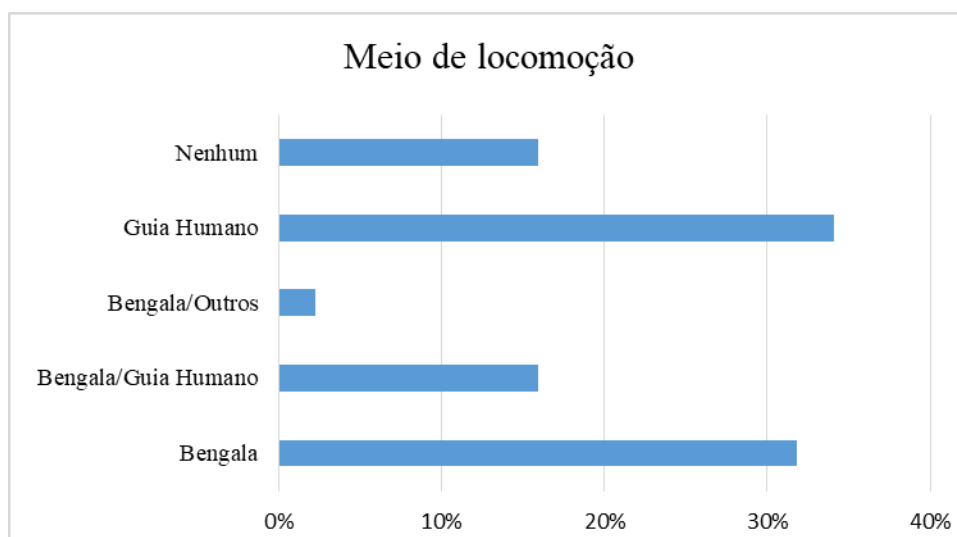


Figura 2 – Meios de locomoção utilizados pelos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Dentre as principais barreiras enfrentadas pelos participantes, destacam-se as arquitetônicas, as arquitetônicas/atitudinais e as arquitetônicas/comunicacionais, representadas por calçadas obstruídas, sem manutenção e construídas fora das normas, equipamentos urbanos que interferem na circulação nos passeios públicos, de forma individual ou de forma conjugada com outras dificuldades, como a falta de aviso sonoro nos sinais de trânsito, pisos táteis e atitudes da população em relação às pessoas com deficiência visual (Figura 3).

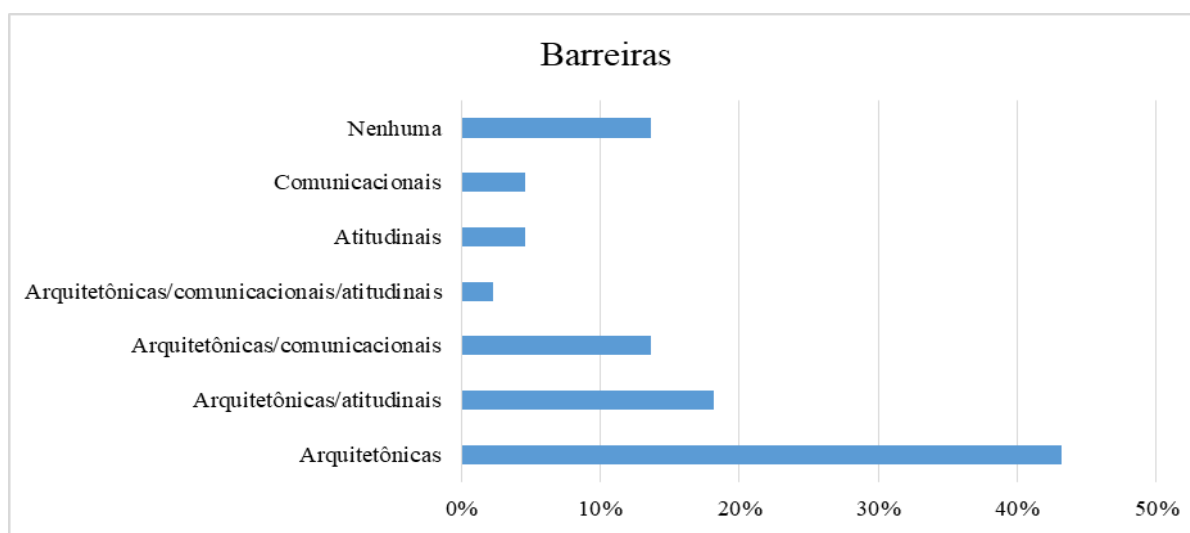


Figura 3 – Barreiras enfrentadas pelos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Foi solicitado aos participantes que sugerissem soluções para as barreiras encontradas, conforme Figura 4. A ideia é que as pessoas que passam pelo problema, por terem um maior conhecimento das barreiras, possam melhor indicar uma possível solução que possa reduzi-lo ou eliminá-lo. 80% dos entrevistados indicaram que o Estado teria que realizar ações para a resolução dos problemas, seja em reformas ou nas novas construções mediante atendimento às normas de acessibilidade, de modo a facilitar o cotidiano das pessoas que apresentam a deficiência visual.

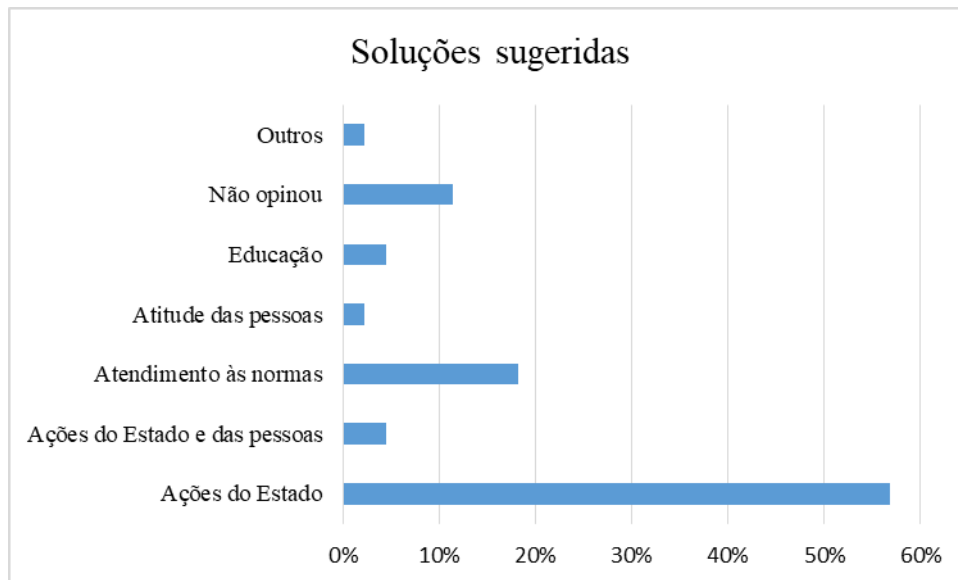


Figura 4 – Soluções sugeridas para a redução de barreiras.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O perfil dos participantes expressa um contingente populacional oriundo de famílias de baixa renda e com poucas oportunidades para o seu desenvolvimento educacional, social e econômico, que são fatores impeditores para o exercício de uma cidadania plena e de sua inserção efetiva na sociedade e no mundo produtivo. Este cenário constitui a realidade das pessoas com deficiência atendidas pelo instituto, que constitui, hoje, o único espaço onde elas têm a oportunidade de receber uma educação focada nas suas necessidades. Sem a instituição, a supressão de muitas delas não seria possível, e as perspectivas de desenvolvimento das pessoas estariam comprometidas.

Considerações Finais

O pertencimento a uma camada desfavorecida da população é um fator a ser considerado, quando se imagina a amplitude das dificuldades que cada pessoa com deficiência visual enfrenta no seu cotidiano.

Os problemas que encaram são bem diferentes daqueles das pessoas consideradas normais. Nem sempre sua vida ativa na sociedade é possível, uma vez que as oportunidades de trabalho e formação são bem reduzidas, quando não existem. Neste sentido, a cidade cidadã continua sendo um sonho, pois, na realidade, não existe.

Os problemas de acessibilidade estão em toda a parte, contrariando tratados, leis, políticas, decretos e normas, pois as ruas e vias das cidades se transformaram em corredores para veículos

e produtos, em espaço para exposição, oferta e venda de serviços. O planejamento para circulação de pessoas com deficiência é secundarizado ou mesmo ignorado, o que as impedem de se integrar à sociedade.

É necessária a conscientização de toda a sociedade sobre a acessibilidade, principalmente dos profissionais (arquitetos e engenheiros civis) responsáveis pela execução do espaço construído, os quais são fundamentais para garantir o direito de locomoção sem barreiras através de seus projetos, que devem ser acessíveis ou adaptados.

Agradecimentos: UNIFACISA Centro Universitário pelo financiamento da Pesquisa através do PROFICE.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. NBR 9050/2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. 2000.

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Pesquisa Nacional de Saúde 2013. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. 1999. Disponível em: <<http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/legislacao/6/29>>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

CORRÊA, Andréia Lopres Muniz et al. Acessibilidade e cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiências físicas. In: CORRÊA, Edison José; CUNHA, Eleonora Schettini Martins Cunha; CARVALHO Aysson Massote (org.) (Re)conhecer diferenças, construir resultados. Brasília: UNESCO,

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001363/136345POR.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

COSTA, A. D. L.; MEIRA, F. A. A importância de formar profissionais comprometidos com a acessibilidade e a inclusão social. **Revista Eletrônica Extensão Cidadã**, UFPB, João Pessoa (PB). v. 7. 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. In: _____. (org.). Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2003. p. 174-214.

MIOTTI, Luiz Antonio. A engenharia civil como instrumento para a acessibilidade em ambientes construídos e a realidade de calçadas e passeios urbanos. *Revista Eletrônica de Engenharia Civil*, v.1, n. 4, p. 34-41, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/reec/article/download/19265/11291>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.